

TC-DF

Auditor de Controle Externo - Auditoria



Editais verticalizados

Tribunal de Contas do
Distrito Federal

 O que cai
na prova

.....

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.
- 7 Manual de Redação Oficial do TCDF (2ª ed.).

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

- 1 Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal (Poder Legislativo, Poder Executivo e Administração Pública).
- 2 Da Organização do Distrito Federal.
- 3 Da Organização dos Poderes.
- 4 Da Tributação e do Orçamento do Distrito Federal.
- 5 Da Ordem Econômica do Distrito Federal.

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL

- 1 Lei Complementar nº 840/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais)
 - 1.1 Carreiras, regime e jornada de trabalho.
 - 1.2 Direitos.
 - 1.3 Deveres.
 - 1.4 Regime disciplinar.

CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL E POLÍTICA PARA MULHERES

- 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011).
- 2 Plano Distrital de Política para Mulheres (2020–2023).

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

I ESTATÍSTICA

- 1 Estatística descritiva.
- 2 Análise exploratória de dados.
 - 2.1 Gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose).
- 3 Probabilidade.
 - 3.1 Definições básicas e axiomas.
 - 3.2 Probabilidade condicional e independência.
- 4 Amostragem. Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados.

II RACIOCÍNIO LÓGICO:

- 1 Estruturas lógicas.
- 2 Lógica de argumentação.
 - 2.1 Analogias, inferências, deduções e conclusões.
- 3 Lógica sentencial (ou proposicional).
 - 3.1 Proposições simples e compostas.
 - 3.2 Tabelas-verdade.
 - 3.3 Equivalências.
 - 3.4 Leis de De Morgan.
 - 3.5 Diagramas lógicos.
- 4 Lógica de primeira ordem.
- 5 Princípios de contagem e probabilidade.
- 6 Operações com conjuntos.
- 7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1 Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático.
 - 1.1 O Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado do bem-estar, o Estado regulador.
- 2 Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público.
 - 2.1 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.
- 3 Transparência da Administração Pública.
 - 3.1 Controle social e cidadania.
 - 3.2 Accountability.
- 4 Excelência nos serviços públicos.
 - 4.1 Gestão por resultados na produção de serviços públicos.
 - 4.2 Gestão de Pessoas por Competências.
- 5 Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais.
- 6 Governabilidade e governança.
 - 6.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).
- 7 Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas.
- 8 As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo.
 - 8.1 Descentralização e democracia.
 - 8.2 Participação, atores sociais e controle social.
 - 8.3 Gestão local, cidadania e equidade social.
 - 8.4 Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.
- 9 Planejamento e avaliação nas políticas públicas: conceitos básicos de planejamento.
 - 9.1 Aspectos administrativos, técnicos, econômicos e financeiros.
 - 9.2 Formulação de programas e projetos.
 - 9.3 Avaliação de programas e projetos.

- 9.4 Tipos e modelos de avaliação de políticas públicas.
- 9.5 Análise custo benefício e análise custo-efetividade.
- 9.6 Indicadores de políticas públicas.
- 9.7 Coleta, análise e interpretação de informações quantitativas e qualitativas para avaliação de programas governamentais.
- 10 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).
- 11 Balanced Scorecard (BSC): principais conceitos, aplicações, mapa estratégico, perspectivas, temas estratégicos, objetivos estratégicos, relações de causa e efeito, indicadores, metas, iniciativas estratégicas.
- 12 Referencial Estratégico das Organizações.
 - 12.1 Análise de ambiente interno e externo.
 - 12.2 Ferramentas de análise de ambiente: análise SWOT, análise de cenários, matriz GUT e ferramenta 5W2H.
 - 12.3 Negócio, missão, visão de futuro, valores.
- 13 Indicadores de desempenho.
 - 13.1 Tipos de indicadores.
 - 13.2 Variáveis componentes dos indicadores.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
 - 1.1 Princípios fundamentais.
- 2 Aplicabilidade das normas constitucionais.
 - 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.
 - 2.2 Normas programáticas.
- 3 Direitos e garantias fundamentais.
 - 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.
- 4 Organização político-administrativa do Estado.
 - 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
- 5 Administração Pública.
 - 5.1 Disposições gerais.

- 5.2 Servidores públicos.
- 6 Poder executivo.
 - 6.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
- 7 Poder legislativo.
 - 7.1 Estrutura.
 - 7.2 Funcionamento e atribuições.
 - 7.3 Processo legislativo.
 - 7.4 Comissões parlamentares de inquérito.
 - 7.5 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
 - 7.5.1 Controle Externo e Sistemas de Controle Interno.
 - 7.5.2 Tribunal de Contas da União.
- 8 Poder judiciário.
 - 8.1 Disposições gerais.
 - 8.2 Órgãos do poder judiciário.
- 9 Funções essenciais à justiça.
 - 9.1 Ministério Público.
 - 9.2 Advocacia Pública.
 - 9.3 Defensoria Pública.

DIREITO CIVIL

- 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
 - 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.
 - 1.2 Conflito das leis no tempo.
 - 1.3 Eficácia das leis no espaço.
- 2 Pessoas naturais.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Início da pessoa natural.
 - 2.3 Personalidade.
 - 2.4 Capacidade.
 - 2.5 Direitos da personalidade.
 - 2.6 Nome civil.

- 2.7 Estado civil.
- 2.8 Domicílio.
- 2.9 Ausência.
- 3 Pessoas jurídicas.
- 3.1 Disposições Gerais.
- 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.
- 3.3 Constituição.
- 3.4 Extinção.
- 3.5 Capacidade e direitos da personalidade.
- 3.6 Sociedades de fato.
- 3.7 Associações.
- 3.8 Sociedades.
- 3.9 Fundações.
- 3.10 Grupos despersonalizados.
- 3.11 Desconsideração da personalidade jurídica.
- 3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.
- 4 Bens.
- 4.1 Diferentes classes.
- 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.
- 4.3 Bens no comércio e fora do comércio.
- 5 Fato jurídico.
- 6 Negócio jurídico.
- 6.1 Disposições gerais.
- 6.2 Classificação e interpretação.
- 6.3 Elementos.
- 6.4 Representação.
- 6.5 Condição, termo e encargo.
- 6.6 Defeitos do negócio jurídico.
- 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.
- 6.8 Simulação.
- 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.
- 8 Prescrição e decadência.
- 9 Prova do fato jurídico.

- 10 Contratos.
- 10.1 Princípios.
- 10.2 Classificação.
- 10.3 Contratos em geral.
- 10.4 Disposições Gerais.
- 10.5 Interpretação.
- 10.6 Extinção.
- 10.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.
- 11 Responsabilidade Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 Princípios constitucionais do processo civil.
- 1.1 Princípio do devido processo legal e seus consectários lógicos (princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural).
- 2 Atos judiciais.
- 2.1 Despachos, decisões interlocutórias e sentenças.
- 3 O processo civil e o controle judicial dos atos administrativos.
- 3.1 Mandado de segurança, ação popular e ação civil pública.
- 4 Teoria geral da prova.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

- I DIREITO PENAL:
- 1 Fontes do direito penal; princípios aplicáveis ao direito penal.
- 2 Aplicação da lei penal.
- 2.1 Princípios da legalidade e da anterioridade.
- 2.2 A lei penal no tempo e no espaço.
- 2.3 Tempo e lugar do crime. 2.4 Irretroatividade da lei penal.
- 3 Crime.
- 3.1 Classificação dos crimes.

- 3.2 Teorias do crime.
- 3.3 O fato típico e seus elementos.
- 3.4 Relação de causalidade.
- 3.5 Superveniência de causa independente.
- 3.6 Relevância da omissão.
- 3.7 Crime consumado e tentado.
- 3.8 Pena da tentativa.
- 3.9 Desistência voluntária e arrependimento eficaz.
- 3.10 Arrependimento posterior.
- 3.11 Crime impossível.
- 3.12 Crime doloso, culposo e preterdoloso.
- 3.13 Agravação pelo resultado.
- 3.14 Concurso de crimes.
- 3.15 Erro sobre elementos do tipo.
- 3.16 Descriminantes putativas.
- 3.17 Erro determinado por terceiro.
- 3.18 Erro sobre a pessoa.
- 3.19 Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição).
- 3.20 Coação irresistível e obediência hierárquica.
- 3.21 Illicitude e causas de exclusão.
- 3.22 Excesso punível.
- 3.23 Culpabilidade.
- 3.23.1 Teorias, elementos e causas de exclusão.
- 3.24 Crimes contra a fé pública.
- 3.25 Crimes contra a Administração Pública.
- 3.26 Crimes em licitações e contratos administrativos.
- 3.27 Crimes contra as finanças públicas.
- 3.28 Crimes de abuso de autoridade.
- 4 Imputabilidade penal.
- 5 Punibilidade e causas de extinção.
- 6 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
- II DIREITO PROCESSUAL PENAL:
- 1 Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal.

- 2 Inquérito Policial.
- 3 Ação Penal.
- 4 Sentença e coisa julgada.
- 5 Prova.
- 6 Nulidades.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 1 Seguridade social.
 - 1.1 Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios.
- 2 Custeio da seguridade social.
 - 2.1 Receitas, contribuições sociais, salário-de-contribuição.
- 3 Regime geral de previdência social.
 - 3.1 Segurados.
- 4 Regime próprio de previdência dos servidores públicos.
- 5 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.
- 6 Previdência complementar.
- 7 Emendas Constitucionais.
- 8 Leis Federais nº 7.289/1984, nº 7.479/1986, nº 8.212/1991, nº 8.213/1991, nº 9.717/1998, nº 10.486/2002, nº 10.887/2004, nº 12.086/2009.
- 9 Lei Complementar Distrital nº 769/2008.
- 10 Lei Complementar Distrital nº 932/2017.

DIREITO EMPRESARIAL

- 1 Fundamentos do direito empresarial.
 - 1.1 Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características.
 - 1.2 Teoria da empresa.
 - 1.3 Empresário.
 - 1.3.1 Conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário.

- 1.4 Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações (Microempresa e empresa de pequeno porte).
- 1.5 Prepostos do empresário.
- 1.6 Institutos complementares.
 - 1.6.1 Nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração.
- 2 Direito societário.
 - 2.1 Sociedade empresária.
 - 2.1.1 Conceito, terminologia, ato constitutivo.
 - 2.2 Sociedades simples e empresárias.
 - 2.3 Personalização da sociedade empresária.
 - 2.4 Classificação das sociedades empresárias.
 - 2.5 Sociedade irregular.
 - 2.6 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.
 - 2.7 Desconsideração inversa.
 - 2.8 Regime jurídico dos sócios.
 - 2.9 Sociedade limitada.
 - 2.10 Sociedade anônima.
 - 2.11 Lei Federal nº 6.404/1976 e suas alterações.
 - 2.12 Operações societárias.
 - 2.12.1 Transformação, incorporação, fusão e cisão.
 - 2.13 Relações entre sociedades.
 - 2.13.1 Coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico.
 - 2.14 Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

- 1 Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 74 da Constituição Federal de 1988).
- 2 Tribunais de Contas.
 - 2.1 Natureza jurídica.
 - 2.2 Funções.
 - 2.3 Eficácia das decisões.
 - 2.4 Revisão das decisões dos Tribunais de Contas pelo Poder Judiciário.
- 3 Competências do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - 3.1 Competência para a apreciação da constitucionalidade de leis.
 - 3.2 Competência para a revisão dos próprios atos.
 - 3.3 Competência normativa.
- 4 Fiscalização do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - 4.1 Iniciativa.
 - 4.1.1 Própria
 - 4.1.2 Denúncia.
 - 4.1.3 Representação.
 - 4.2 Instrumentos de Fiscalização.
 - 4.2.1 Levantamento.
 - 4.2.2 Auditoria.
 - 4.2.3 Inspeção.
 - 4.2.4 Acompanhamento.
 - 4.2.5 Monitoramento.
 - 4.3 Objeto da Fiscalização.
 - 4.3.1 Atos e contratos.
 - 4.3.2 Transferências constitucionais e legais.
 - 4.3.3 Convênios, acordos, parcerias, ajustes e outros instrumentos congêneres.
 - 4.3.4 Aplicação de subvenções, auxílios e contribuições.
 - 4.3.5 Arrecadação da receita.
 - 4.3.6 Renúncia de receitas.
- 5 Apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

6 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

7 Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Estado, governo e administração pública.

1.1 Conceitos.

2 Direito administrativo.

2.1 Conceito.

2.2 Objeto.

2.3 Fontes.

3 Ato administrativo.

3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.

3.2 Extinção do ato administrativo.

3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.

3.3 Decadência administrativa.

4 Agentes públicos.

4.1 Conceito.

4.2 Espécies.

4.3 Cargo, emprego e função pública.

4.3.1 Provimento.

4.3.2 Vacância.

4.3.3 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.

4.4 Remuneração.

4.5 Direitos e deveres.

4.6 Responsabilidade.

4.7 Sindicância e processo administrativo disciplinar.

4.8 Disposições constitucionais aplicáveis.

5 Poderes da administração pública.

5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

5.2 Uso e abuso de poder.

6 Regime jurídico administrativo.

- 6.1 Conceito.
- 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 7 Responsabilidade civil do Estado.
 - 7.1 Evolução histórica.
 - 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
 - 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado.
 - 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
 - 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
 - 7.6 Reparação do dano.
 - 7.7 Direito de regresso.
- 8 Organização administrativa.
 - 8.1 Centralização e descentralização.
 - 8.2 Concentração e desconcentração.
 - 8.3 Administração pública direta e indireta.
 - 8.4 Autarquias e fundações públicas.
 - 8.5 Empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - 8.5.1 Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (Lei Federal nº 13.303/2016).
 - 8.6 Consórcios públicos (Lei Federal nº 11.107/2005).
 - 8.7 Terceiro setor (Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Distrital nº 37.843/2016).
- 9 Serviço público.
 - 9.1 Natureza jurídica e conceito.
 - 9.2 Classificação.
 - 9.3 Garantias.
 - 9.4 Usuário do serviço público (Lei Federal nº 13.460/2017).
- 10 Concessão de serviço público.
 - 10.1 Natureza jurídica e conceito.
 - 10.2 Extinção da concessão de serviço público.
 - 10.3 Concessão comum (Lei Federal nº 8.987/1995).
- 11 Permissão e autorização.
- 12 Parcerias Público-Privadas (Lei Federal nº 11.079/2004).
- 13 Bens públicos.

- 13.1 Natureza jurídica e conceito.
- 13.2 Classificação.
- 13.3 Natureza jurídica do domínio público.
- 14 Controle da administração pública.
- 14.1 Controle exercido pela administração pública.
- 14.2 Controle judicial.
- 14.3 Controle legislativo.
- 15 Licitações, contratos administrativos e convênios.
- 15.1 Fundamento constitucional.
- 15.2 Conceito e modalidades.
- 15.3 Sistema de Registro de Preços.
- 15.4 Regime de licitações e alterações.
- 15.5 Dispensa e inexigibilidade.
- 15.6 Revogação e anulação, hipóteses e efeitos.
- 15.7 Lei Federal nº 8.666/1993,
Lei Federal nº 10.520/2002,
Lei Federal nº 133/2021,
Decreto Federal nº 7.892/2013,
Decreto Distrital nº 39.103/2018,
Decreto Distrital nº 39.978/2019.
Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 16 Contratos administrativos.
- 16.1 Conceito, características e regime jurídico.
- 16.2 Invalidação.
- 16.3 Principais espécies de contratos administrativos.
- 16.4 Inexecução e rescisão dos contratos administrativos.
- 16.5 Penalidades administrativas.
- 17 Processo administrativo (Lei Federal nº 9.784/1999, aplicável ao Distrito Federal por força da Lei Distrital nº 2.834/2001).
- 18 Improbidade administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992).
- 19 Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira (Lei Federal nº 12.846/2013).
- 20 Direito de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

21 Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro e seu regulamento no Direito Administrativo (Decreto Federal nº 9.830/2019).

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

1 Conceito, evolução.

1.1 Auditoria interna e externa: papéis.

1.2 Auditoria governamental segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions).

1.3 Auditoria interna segundo o IIA (Institute of Internal Auditors).

2 Governança no setor público.

2.1 Papel e importância.

2.2 Controles internos segundo o COSO I e o COSO II - ERM (Enterprise Risk Management).

3 Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) – Nível 1 - Princípios Básicos e Pré-requisitos para o Funcionamento dos Tribunais de Contas Brasileiros.

4 Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras (ISSAI) – Nível 3 (ISSAIs 100, 200, 300 e 400).

5 Manual de Auditoria e demais fiscalizações do TCDF (parte geral).

6 Instrumentos de fiscalização.

6.1 Auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção.

7 Planejamento de auditoria.

7.1 Plano de auditoria baseado no risco.

7.2 Atividades preliminares.

7.3 Determinação de escopo.

7.4 Materialidade, risco e relevância.

7.5 Exame e avaliação do controle interno.

7.6 Risco inerente, de controle e de detecção.

7.7 Risco de auditoria.

7.8 Matriz de Planejamento.

7.9 Programa de auditoria.

7.10 Papéis de trabalho.

- 7.11 Testes de auditoria.
- 7.12 Importância da amostragem estatística em auditoria.
- 8 Execução da auditoria.
 - 8.1 Técnicas e procedimentos.
 - 8.2 Exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica.
- 9 Evidências.
 - 9.1 Caracterização de achados de auditoria.
 - 9.2 Matriz de Achados e Matriz de Responsabilização.
- 10 Comunicação dos resultados.
 - 10.1 Relatórios de auditoria.
- 11 Monitoramento.
- 12 Documentação da auditoria.
- 13 Supervisão e Controle de Qualidade.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- 1 Orçamento público.
 - 1.1 Conceito.
 - 1.2 Técnicas orçamentárias.
 - 1.3 Princípios orçamentários.
 - 1.4 Ciclo orçamentário.
 - 1.5 Processo orçamentário.
- 2 O orçamento público no Brasil.
 - 2.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal.
 - 2.2 Plano plurianual.
 - 2.3 Diretrizes orçamentárias.
 - 2.4 Orçamento anual.
 - 2.5 Sistema e processo de orçamentação.
 - 2.6 Classificações orçamentárias.
 - 2.7 Estrutura programática.
 - 2.8 Créditos ordinários e adicionais.

- 3 Programação e execução orçamentária e financeira.
 - 3.1 Descentralização orçamentária e financeira.
 - 3.2 Acompanhamento da execução.
 - 3.3 Sistemas de informações.
 - 3.4 Alterações orçamentárias.
- 4 Receita pública.
 - 4.1 Conceito, ingresso e receitas
 - 4.2 Classificação das receitas públicas.
 - 4.3 Estágios.
 - 4.4 Fontes.
 - 4.5 Dívida ativa.
- 5 Despesa pública.
 - 5.1 Conceito e classificações.
 - 5.2 Estágios.
 - 5.3 Restos a pagar.
 - 5.4 Despesas de exercícios anteriores.
 - 5.5 Dívida flutuante e fundada.
 - 5.6 Suprimento de fundos.
- 6 Lei Complementar Federal nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).
 - 6.1 Planejamento.
 - 6.2 Receita pública.
 - 6.3 Despesa pública.
 - 6.4 Transferências voluntárias.
 - 6.5 Destinação de recursos públicos para o setor privado.
 - 6.6 Dívida e endividamento.
 - 6.7 Gestão patrimonial.
 - 6.8 Transparência, controle e fiscalização.
 - 6.9 Disposições preliminares, finais e transitórias.
- 7 Lei Federal nº 4.320/1964 e suas alterações.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

- 1 Conceituação, objeto e campo de aplicação.
- 2 Princípios e normas de contabilidade sob a perspectiva do setor público.
 - 2.1 NBC TSP - Estrutura Contábil, de 23 de setembro de 2016, e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (9ª edição).
- 3 Patrimônio público.
 - 3.1 Ativo.
 - 3.2 Passivo.
 - 3.3 Saldo patrimonial.
- 4 Variações patrimoniais.
 - 4.1 Qualitativas.
 - 4.2 Quantitativas.
 - 4.3 Realização da variação patrimonial.
 - 4.4 Resultado patrimonial.
- 5 Receita e despesa sob o enfoque patrimonial.
- 6 Mensuração de ativos.
 - 6.1 Ativo imobilizado.
 - 6.2 Ativo intangível.
 - 6.3 Reavaliação e redução ao valor recuperável.
 - 6.4 Depreciação, amortização e exaustão.
- 7 Mensuração de passivos.
 - 7.1 Provisões.
 - 7.2 Passivos contingentes.
- 8 Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.
- 9 Sistema de custos no setor público.
 - 9.1 Classificação e nomenclatura de custos.
 - 9.2 Aspectos legais do sistema de custos.
 - 9.3 Ambiente da informação de custos.
 - 9.4 Características da informação de custos.
 - 9.5 Terminologia de custos.
- 10 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- 11 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- 11.1 Balanço orçamentário.
- 11.2 Balanço financeiro.
- 11.3 Demonstração das variações patrimoniais.
- 11.4 Balanço patrimonial.
- 11.5 Demonstração de fluxos de caixa.
- 11.6 Demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- 11.7 Notas explicativas às demonstrações contábeis.
- 11.8 Consolidação das demonstrações contábeis.
- 12 Transações no setor público.
- 13 Receita e despesa pública.
- 13.1 Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.
- 14 Execução orçamentária e financeira.
- 15 Suprimento de fundos.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO E DA REGULAÇÃO

- 1 Introdução: o sistema de contas nacionais e as identidades macroeconômicas básicas.
- 1.1 Produto agregado e os problemas de mensuração.
- 1.2 Produto nominal x produto real.
- 1.3 Contas do sistema monetário.
- 1.4 Noções básicas do balanço de pagamentos.
- 2 O modelo keynesiano básico: o multiplicador e o papel dos gastos do governo.
- 3 O modelo IS/LM: impactos das políticas monetária e fiscal.
- 3.1 Políticas macroeconômicas em diferentes regimes cambiais.
- 3.2 A avaliação do gasto público.
- 3.3 O financiamento do setor público no Brasil.
- 3.4 Conceitos de regulação, desregulação e re-regulação.
- 4 Teoria econômica de indústrias reguladas.
- 5 Estrutura de mercado, concorrência perfeita e monopolística, oligopólio, monopólio.

- 6 Falhas de mercado, externalidades, bens públicos, assimetria de informação (seleção adversa e perigo moral).
- 7 Regulação e formação de preços para estruturas de mercado de concorrência imperfeita.
- 8 Conceitos básicos sobre regimes tarifários.
- 9 Tarifação por custo de serviço.
- 10 Tarifação por preço teto.
- 11 Regulação por incentivos.
- 12 Regulação para competição.
- 13 Regra de três simples e composta, proporcionalidades e porcentagens.
- 14 Juros simples e compostos.
- 15 Capitalização e desconto.
- 16 Taxas de juros nominal, efetiva, equivalente, real e aparente.
- 17 Rendas uniformes e variáveis.
- 18 Planos de amortização de empréstimos e financiamentos.
 - 18.1 Sistema francês (tabela Price).
 - 18.2 Sistema de Amortização Constante (SAC).
 - 18.3 Sistema de Amortização Misto (SAM).
- 19 Cálculo financeiro.
 - 19.1 Custo real e efetivo das operações de financiamento, empréstimo e investimento.
- 20 Avaliação de alternativas de investimento em economia estável e em ambiente inflacionário.

NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS

- 1 Dado, informação, conhecimento e inteligência.
 - Dados estruturados e não estruturados.
 - Dados abertos.
 - Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados.
- 2 Banco de dados relacionais. 2.1 Conceitos básicos e características.
 - Metadados. Tabelas, visões (views) e índices.
 - Chaves e relacionamentos.

3 Noções de modelagem dimensional.

3.1 Conceito e aplicações.

4 Noções de mineração de dados.

4.1 Conceituação e características.

Modelo de referência CRISP-DM.

Técnicas para pré-processamento de dados.

Técnicas e tarefas de mineração de dados.

Classificação.

Regras de associação.

Análise de agrupamentos (clusterização).

Deteção de anomalias.

Modelagem preditiva.

Aprendizado de máquina.

Mineração de texto.

5 Noções de big data.

5.1 Conceito, premissas e aplicação.

6 Visualização e análise exploratória de dados.

7 Segurança da informação: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio.

Políticas de segurança.

Políticas de classificação da informação.

Sistemas de gestão de segurança da informação.

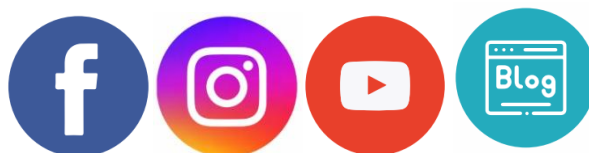
Tratamento de incidentes de segurança da informação.

8 Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

9 Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!